

# BA

BOLETIM ARQUITECTOS  
NÚMERO 232  
OUT 13  
ANO XXI



ORDEM DOS  
ARQUITECTOS



150 ANOS  
ASSOCIAÇÕES  
PROFISSIONAIS  
DE ARQUITECTOS  
1863 - 2013

# ENSINO / FORMAÇÃO

CORAÇÃO  
CABEÇA  
ESTÔMAGO



# A ESCOLA DE COIMBRA e o legado do Porto e de Lisboa: INVESTIGAR PELO PROJECTO<sup>1</sup>

A Escola de Coimbra nasce de uma plataforma de entendimento entre as duas vertentes pedagógicas fundadas na Escola do Porto e na Escola de Lisboa ao longo do século XX. Refundada em 1989, um ano após a sua abertura<sup>1</sup>, por um conjunto de professores do Porto e de Lisboa, Coimbra tornou-se, assim, herdeira das duas escolas centenárias, integrando na formação do arquitecto práticas pedagógicas tanto comuns como contraditórias. Na nossa opinião, esta complexidade aparente, decorrente do confronto de perspectivas, métodos e práticas, tem vindo a construir a própria identidade da Escola.

Um dos aspectos mais relevantes deste legado é o debate sobre o que tenho vindo a designar de “ensino moderno”, gerado através do conjunto de experiências pedagógicas realizadas entre 1931 e 1970 no Porto e em Lisboa, e que ainda hoje constituem uma espécie de ADN da formação do arquitecto.

É neste período, que se formam grande parte dos professores do Porto (Fernando Távora, Alexandre Alves Costa, Domingos Tavares, José Gigante) e de Lisboa (Raul Hestnes Ferreira, Manuel Tainha, Gonçalo Byrne, Vítor Figueiredo, Mário Kruger), que se encontraram em Coimbra para construir o terceiro curso público de Arquitectura.

Assim, serão eles a exportar para Coimbra essas experiências culturais de ensino, filtradas, naturalmente, pela sua própria experiência individual como estudantes, professores e, acima de tudo, como arquitectos. Podemos assim considerar que o Curso de Coimbra se constrói no balanço entre um projecto colectivo, desenhado, por exemplo, nos “Encontros de Tomar”, e o projecto individual aplicado quotidianamente no pátio do Colégio das Artes.

Tal como aconteceu entre 1930 e 1970, ou seja, durante o “ensino moderno”, vivemos hoje em Coimbra o mesmo tipo de paradoxos e perplexidades: o fim do sistema beaux-arts e o problema da universidade; o debate entre o ensino artístico e o ensino científico; a relação entre a teoria e a prática.

Mas, como podemos caracterizar o ensino moderno?

O ensino moderno não corresponde a um modelo fechado e rígido, mas sim a uma atitude perante o processo de ensino-aprendizagem que genericamente definimos de experimental, democrático e humanista. Neste sentido podemos observar três fases distintas de construção, fixação e implementação

<sup>1</sup> Sobre este assunto ver: Alexandre Alves Costa, “Primeira anotação do Curso de Arquitectura de Coimbra”, Joelho, 3, Viagem-Memória: Aprendizagens de Arquitectura, 2012, pp. 22-32; Rosa Bandeirinha, O Limiar do Claustro. Origens e práticas do Departamento de Arquitectura de Coimbra, Coimbra, DARQ.FCTUC, 2013 (tese de mestrado).

deste paradigma nos dois cursos de Arquitectura, Porto e Lisboa, onde a Reforma de 57 constitui o momento de fixação.

Estas fases decorrem de um processo de reacção dos novos professores e dos alunos aos modelos e métodos de ensino propostos nas reformas, promovendo processos de ensino-aprendizagem críticos do paradigma vigente. Assim, esta reacção dá origem a dois paradoxos: por um lado a implementação de um Ensino Moderno num Currículo Beaux-Arts e, por outro lado, o desenvolvimento de um Ensino Experimental ou Social num Currículo Moderno.

Curiosamente os processos de Reforma do Ensino da Arquitectura, tanto o de 1931-32, como o de 1950-57, foram consensuais e corresponderam às ambições dos professores, dos arquitectos e dos políticos. O que não foi consensual foi a sua implementação.

Podemos assim afirmar que o processo de transformação do ensino beaux-arts em ensino moderno pode observar-se nas duas escolas, assim como a crítica ao currículo moderno. Se quisermos fixar algumas datas, podemos considerar que 1949 é o ano do ensino moderno, reivindicado no Congresso do ano anterior e adoptado por todos os professores no relatório da Subcomissão da Reforma do Ensino Artístico. E também que entre 1950 e 1957, num momento de grande ambiguidade legislativa, o ensino moderno encontra espaço para uma integração expressiva nos dois cursos de arquitectura, tendo grande impacto ao nível das dinâmicas culturais. Podemos ainda verificar que entre 1958 e 1969 a implementação do currículo moderno deu origem a um processo de grande experimentação pedagógica, o que não deixa de ser uma atitude moderna, procurando a sua permanente renovação. Ainda quanto à cronologia, o ano de 1969 marca a falência do currículo moderno de 1957, ainda que ele tenha perdurado até ao final dos anos 70, mas já sem constituir um projecto de ensino.

De facto, a Reforma de 57 colidiu com três factores: factores de ordem pedagógica, porque a reforma não previu estratégias de coordenação que integrassem os conhecimentos sectorizados no projecto; factores de ordem cultural, porque os arquitectos

# O ensino moderno corresponde a uma atitude perante o processo de ensino-aprendizagem que genericamente definimos de experimental, democrático e humanista.

começaram a recusar a perspectiva tecnocrática e a valorizar a perspectiva humanista, integrando a cidade e a história, por exemplo o “Inquérito”; factores de ordem política, com a crítica ao Estado Novo, devido ao episódio Humberto Delgado e ao início da guerra colonial, entre outros.

O ensino moderno transformou definitivamente os cursos de arquitectura, quer nos conteúdos, integrando o triângulo cidade-história-homem no triângulo forma-programa-construção, quer no perfil dos professores, permanecendo o professor-profissional, mas acolhendo também o professor-investigador, e ainda fixou questões intemporais, como a coordenação, a experimentação, a liberdade e a tradição humanista.

Estes aspectos ou valores estão de algum modo presentes no curso de Coimbra, devido em parte à presença dos professores do Porto e Lisboa no processo de construção do curso e também devido ao próprio contexto universitário, que obriga a um permanente diálogo com as disciplinas complementares.

A formação deste conjunto de professores no âmbito da Reforma de 57, ainda que sob uma forte consciência crítica, terá com certeza permitido construir em Coimbra um curso que procura conciliar as Artes e as Ciências, o projecto e a teoria, valorizan-

do a própria cidade como espaço privilegiado de aprendizagem. A reforma de Bolonha, implementada em Coimbra no ano lectivo de 2008/2009, obrigou os cursos de Arquitectura a atravessar por um processo semelhante ao da Reforma de 57. Ou, numa outra perspectiva, Bolonha encerrou o processo aberto em 57, com a entrada definitiva na Universidade e nas suas lógicas pedagógicas e científicas. De facto, nestes últimos quatro anos as disciplinas de projecto viram o seu número de horas reduzido e tanto professores como alunos estão agora direccionados para uma cultura científica onde a palavra de ordem é “investigar”.

Num colóquio recente realizado em Coimbra para discutir estas questões, defendeu-se a ideia de “Ensinar pelo Projecto” (ver Joelho, 4, 2013), propondo uma valorização das metodologias próprias do arquitecto, o projecto e da sua ferramenta privilegiada, o desenho. Na verdade, o colóquio poderia ter-se denominado “Investigar pelo Projecto”.

O desafio permanece assim, em grande parte, nas disciplinas de Projecto, onde a sua tematização permitirá uma forte articulação com as disciplinas de carácter teórico e com as linhas de investigação dos docentes. Esta lógica de funcionamento irá contribuir para um relacionamento estreito entre a actividade pedagógica e a actividade científica, fazendo com que uma potencie a outra. Esta estratégia irá também garantir a autonomia disciplinar da Arquitectura e assim incorporar um diálogo equilibrado com as disciplinas conexas, quer com as das ciências sociais e humanas, quer com as artísticas que nos permitem melhor conhecer a realidade para intervir de forma consciente e crítica. É neste sentido que a investigação em Arquitectura na Escola de Coimbra se faz com os artistas no Colégio das Artes, com os sociólogos no Centro de Estudos Sociais e com os engenheiros nos laboratórios dos Departamentos de Engenharia.

Esta perspectiva é mais uma vez decorrente da proposta do director da ESBAP, o arquitecto Carlos Ramos, quando lutou ao longo da década de 50 e 60 pela a criação de um Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo em articulação com o Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa e com o Centro de Etnologia Peninsular da Faculdade de Ciências do Porto. Ramos propunha a coordenação (ou, como preferiria, a conjugação), com os artistas, os engenheiros, os sociólogos, os economistas, os historiadores e os filósofos para uma formação culta e humanista, mas simultaneamente artística e

científica, que entendesse a arquitectura na tradição albertina, como *cosa mentale*.

De facto, se Távora nos dizia que o arquitecto deveria ter sólida formação teórica, “Estamos fartos de práticos”, repetia com um sorriso; será Mário Kruger a manter o discurso de Alberti bem vivo, tanto na pedagogia como na investigação.

Este é o legado que o Porto e Lisboa nos vão deixando e que procuramos, todos os dias, reinventar.

GONÇALO CANTO MONIZ, ARQUITECTO N.º 6510  
gmoniz@darq.uc.pt

---

**O desafio  
permanece assim,  
em grande parte,  
nas disciplinas  
de Projecto, onde  
a sua tematização  
permitirá uma  
forte articulação  
com as disciplinas  
de carácter teórico  
e com as linhas  
de investigação  
dos docentes.**